

Em meio a impasse judicial, 70 concursados são convocados

Prefeitura convoca aprovados enquanto STF exige troca de 598 comissionados

A Prefeitura de Campinas publicou no Diário Oficial desta sexta-feira (19) a convocação de mais 70 candidatos aprovados em concursos públicos e processos seletivos. A chamada de novos servidores ocorre em um momento crucial de transição para a Administração Municipal: a cidade corre contra o relógio para cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu prazo até março de 2027 para realizar uma ampla reorganização administrativa e substituir cerca de 598 cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração, por funcionários efetivos de carreira.

Os novos profissionais convocados nesta sexta-feira vão atuar em áreas estratégicas da máquina pública, incluindo setores diretamente impactados pelo debate jurídico, como Saúde e Educação.

Confira as 70 convocações publicadas hoje: Agente Administrativo: 31 vagas; Médico: 7 vagas; Técnico em Enfermagem e Enfermeiro: 6 vagas; Área da Educação: 7 vagas; Agente Comunitário de Saúde: 6 vagas; Procurador do Município: 3 vagas; Psicólogo: 2 vagas; Auxiliar em Saúde Bucal: 2 vagas; Outros cargos: Agente de Ação Social (1); Contador (1); Educador de Arte e Movimento – Práticas Desportivas (1); Professor de Orquestra – Sopro I – Solista



Rafael Lima/CM

Prefeitura publicou no D.O. a convocação de mais 70 candidatos aprovados em concursos

II – Trompa (1); Terapeuta Ocupacional (1).

A reunião de preenchimento de vagas está agendada para o dia 6 de julho, às 9h, no Salão Vermelho do Paço Municipal. A administração reforça que a participação é uma etapa obrigatória do processo de admissão. “É fundamental que os candidatos acompanhem regularmente as publicações no Diário Oficial e fiquem atentos às datas e horários informados na convocação, para não perderem a oportunidade de assumir a vaga”, alerta a

coordenadora de Concursos, Recrutamento e Seleção, Maria Izabel Toledo.

Os convocados devem apresentar documento de identificação oficial com foto (físico ou digital com QR Code). Caso não possam comparecer, podem ser representados por um procurador legal com procuração simples, documento de identidade próprio e cópia do documento do candidato. Por motivos de organização, não será permitida a entrada de acompanhantes durante as reuniões.

Embora a chegada de novos concursados oxigene a máquina pública, o volume ainda é tímido perto da reestruturação exigida pela Justiça. O imbróglio jurídico teve início em março deste ano, quando o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e considerou ilegais centenas de cargos comissionados.

Para os desembargadores, muitas das funções comissionadas vinham sendo utilizadas de forma

irregular para atividades técnicas, operacionais ou burocráticas ordinárias que, por lei, devem ser desempenhadas por servidores de carreira, e não para postos exclusivos de direção, chefia ou assessoramento. A decisão atingiu em cheio secretarias essenciais como Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social.

Inicialmente, o TJSP estipulou um período de apenas 120 dias para a demissão e substituição dos quase 600 servidores, o que a prefeitura classificou como “inexequível” e uma ameaça de paralisação de serviços essenciais. Ao recorrer à corte máxima do país por meio de uma Suspensão de Liminar, o município obteve um fôlego: o presidente do STF, ministro Edson Fachin, ampliou o prazo de transição para 12 meses (até março de 2027).

Prefeitura

Mesmo chamando aprovados em concursos vigentes, a Prefeitura informou oficialmente que não pretende apenas ceder à transição, mas sim tentar manter a sua estrutura atual de comissionados. O Executivo municipal declarou que irá interpor um recurso extraordinário junto ao próprio STF com o objetivo de defender a constitucionalidade das leis municipais que criaram as vagas questionadas.

Maternidade está superlotada no PS do SUS

Fasouzafreitas/Wikipedia

O Hospital Maternidade de Campinas informou nesta sexta-feira (19) que o Pronto Atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta um cenário de superlotação. Segundo a instituição, há pacientes internadas no próprio pronto atendimento aguardando a liberação de leitos de enfermaria.

Em nota, o hospital afirmou que todas as pacientes continuam recebendo assistência multiprofissional, incluindo atendimento médico e de enfermagem, administração de medicamentos, realização de exames e alimentação, conforme a necessidade clínica de cada caso.

A instituição informou a taxa de ocupação passou de 115% da capacidade. O local tem 118 leitos, mas atende 136 pacientes.

A superlotação da Maternidade ocorre em um momento de pressão sobre a rede hospitalar de Campinas. Na quinta-feira (18), o Pronto-Socorro Adulto do Hospital PUC-Campinas ope-

rava com ocupação de 370% acima da capacidade instalada. Um dia antes, o índice havia atingido 415%, o maior registrado pela unidade neste ano.

O Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp também registrava ocupação de 370% na Unidade de Emergência Referenciada, enquanto os leitos de enfermaria e de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) permaneciam com 100% de ocupação, com alta rotatividade de pacientes. Na Rede Mário Gatti, segundo a Prefeitura de Campinas, a taxa de ocupação dos leitos variava entre 95% e 100%.

Para tentar ampliar a capacidade de atendimento na região, o governo estadual informou que está na fase final de formalização da contratação de até 100 novos leitos do SUS na Casa de Saúde – Hospital São Leopoldo Mandic. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, a instituição já foi credenciada para integrar a rede regional de atendimento

e, após a conclusão dos trâmites administrativos, poderá iniciar a prestação dos serviços.

A Prefeitura de Campinas informou que acompanha diariamente a ocupação dos leitos por meio da Regulação Municipal e mantém reuniões com hospitais, Samu e a Regulação Estadual para discutir medidas voltadas à redução da pressão sobre a rede de urgência e emergência. A administração também atribuiu o aumento da demanda à queda das temperaturas, período em que cresce a incidência de doenças respiratórias, além de infartos e acidentes vasculares cerebrais. Outro fator apontado pelo município é o atendimento de pacientes de outras cidades da região, que representam entre 20% e 25% dos atendimentos do SUS em Campinas. A ampliação da oferta de leitos começou a ser discutida em março, quando a rede hospitalar de Campinas já enfrentava sucessivos episódios de superlotação.



O Hospital Maternidade de Campinas foi fundado em 1965